ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA: PARA DEBATER SOBRE O FUTURO DA UNIDADE ONCOLÓGICA DE ANÁPOLIS DOUTOR MAUÁ CAVALCANTI SÁVIO . Aos treze (13) dias do mês de junho de dois mil e dezenove (2019), às dezenove horas (19h00) reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis no Plenário Teotônio Vilela, em Audiência Pública para debater "Sobre o futuro da Unidade Oncológica de Anápolis Doutor Mauá Cavalcanti", por proposição dos vereadores Lélio Alvarenga, Thaís Souza e Pastor Elias Ferreira. Foi composta a Mesa Diretora para a Audiência Pública: Thaís Souza, presidente; Lélio Alvarenga, propositor; Pastor Elias Ferreira, propositor; Luís Fernando Ferreira de Abreu, promotor de Saúde de Anápolis; Cláudio Francisco Cabral, que administra a Unidade Oncológica de Anápolis; João Beltrão, diretor clínico da unidade. Ocuparam lugares de destaque: os vereadores Deusmar Japão do Municipal; Lisieux Borges; Wederson Lopes; Dr. João Bosco Machado, fundador da Unidade Oncológica; Ângela Machado, vice-presidente da Associação de Combate ao Câncer de Goiás; Baltazar José dos Santos, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Combate ao Câncer de Goiás; Coronel Jorge Cuoco, conselheiro do Instituto de Combate ao Câncer de Anápolis; Edna Mendes, presidente do PP, representante do deputado estadual Coronel Adailton; Valdevino Pedro Sobrinho, coordenador do Movimento de Cursilho de Cristandade; Leandro Garcia, coordenador do Movimento de Cursilho e do SOS Hospital do Câncer; Maria Auxiliadora, tesoureira e secretária geral; Sargento Pereira, representante do deputado federal Victor Hugo; Lucas Silva, agente administrativo do Núcleo de Oncologia do Município de Anápolis; doutor Carlos Marcelo Fernandes, diretor do Instituto do Câncer de Anápolis. Ainda se fizeram presentes a vereadora Professora Geli Sanches e o deputado estadual Amilton Filho. Iniciando-se a Audiência Pública, foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Após a execução, a vereadora Thaís Souza declarou aberta a Sessão e fez uso da palavra. THAÍS SOUZA: Cumprimentou os presentes, dentre eles, o doutor João Beltrão, o doutor Claudio Francisco Cabral, o promotor Luiz Fernando, os vereadores Pastor Elias Ferreira e Lélio Alvarenga, o doutor João Eurípedes Cardoso, o

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

doutor Carlos Marcelo Fernandes, o doutor Lucas Silva, o ex-vereador sargento Pereira representando o deputado Major Vitor Hugo, a tesoureira Maria Auxiliadora, o coordenador Leandro Garcia, o presidente Valdivino Pedro Sobrinho, a presidente Edna Mendes representando o deputado Coronel Adailton, o conselheiro coronel Jorge, o presidente Baltazar José dos Santos, a vice-presidente Ângela Machado, o doutor João Bosco, os vereadores Wederson Lopes, Lisieux Borges e Deusmar Japão, e a doutora Ana Flávia. Logo após, mencionou que o futuro da Unidade Oncológica de Anápolis não era apenas uma preocupação do município, e que vários vereadores lutavam e traziam a temática para a Tribuna. Mencionou ainda que os vereadores realizavam visitas a Unidade Oncológica de Anápolis, e também as autoridades para discorrer sobre a temática. Relatou que o vereador Lélio Alvarenga era um grande defensor da Unidade Oncológica no município. Diante disso, informou que o Poder Legislativo se preocupava com o futuro da Unidade Oncológica de Anápolis, e disse que estava à disposição, assim como os demais vereadores presentes. Concluiu mencionando que a Unidade Oncológica de Anápolis havia salvado muitas vidas, e que ainda iria salvar mais.- LÉLIO ALVARENGA: Cumprimentou os presentes e informou que aquela audiência tinha como objetivo principal traçar o futuro da Unidade Oncológica de Anápolis. Logo após, relatou sua presença no Ministério da Saúde juntamente com o senhor Leandro, o senhor Baltazar representando a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) por intermédio do sargento Pereira representando o deputado Major Vitor Hugo. Relatou ainda sua presença na assinatura do contrato entre o Estado e a Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, ao qual obteve a resposta do secretário Ismael de que o Estado trabalharia em prol do Hospital do Câncer em Anápolis, desde que houvesse uma "sinalização" do município. Com relação ao Ministro da Saúde, relatou ter recebido a mesma resposta. Disse que posterior a isso agiram para obter um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no intuito de dar continuidade ao funcionamento da Unidade Oncológica de Anápolis. Discorreu sobre a necessidade de obter algo "concreto" e "permanente", pois a Unidade

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

Oncológica de Anápolis estava irregular, segundo exigências da portaria vigente. Mencionou que esteve na inauguração do centro cirúrgico no Centro de Zoonoses, ao qual teve a oportunidade de discorrer com o prefeito, ao qual foi sugerido pelo Executivo buscar a implantação Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON). Quanto a isso, expôs que a CACON seria "pequeno" para atendê-los. Discorreu sobre dados estatísticos que mostravam que os casos de câncer aumentariam na população, justificando assim a necessidade daquele debate. Agradeceu a presença da vereadora Professora Geli Sanches e do senhor Adair Rojado. Concluiu reforçando que o debate era propor algo concreto para o funcionamento do Hospital do Câncer no município. - LÉLIO ALVARENGA: Agradeceu a todos os presentes, entre eles, o doutor João Beltrão, o doutor Claudio Francisco, o vereador Wederson Lopes, o deputado estadual Amilton Filho, vereadora Professora Geli Sanches, a presidente Edna Mendes, o deputado Coronel Adailton, coordenador Leandro Garcia, o presidente Baltazar José dos Santos, a vice-presidente Ângela Machado, o ex-vereador sargento Pereira, o doutor Lucas Silva, o presidente Valdivino Pedro Sobrinho, o conselheiro coronel Jorge, e a toda imprensa. Logo após, informou que o encaminhamento a curto prazo estava sendo tramitado no Ministério Público (MP), para que fosse legalizado o funcionamento da Unidade Oncológica de Anápolis. Referente a médio e logo prazo, informou que iria conversar com o prefeito sobre a proposta de atendimento no Hospital Municipal de Anápolis. No entanto, disse que particularmente não achava a proposta viável, visto que, "o câncer é uma doença diferente", e justificou com o discurso do doutor Lucas. Concluiu o vereador, informando que o objetivo a longo prazo era construir um hospital especifico para atendimento oncológico. - Usou a palavra o doutor LUÍS FERNANDO, Promotor de Justiça de Saúde da cidade de Anápolis: Cumprimentou os presentes e falou sobre a preocupação que essa doença causa. Explicou que assim que assumiu a promotoria, o problema da Mauá Cavalcante foi o primeiro com o qual se depara. Falou sobre a Portaria 140 do Ministério da Saúde, que organiza, planeja, monitora, controla e avalia os

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

estabelecimentos habilitados para a atenção especializada na Oncologia. Todas as unidades com habilitação e tratamentos de exames oncológicos precisam obedecê-la, e ela fala da necessidade de uma estrutura hospitalar para prestar esse tratamento. Diante dessa portaria, a Mauá Cavalcante não está habilitada para fazer exames e tratamentos oncológicos. O que lhe preocupou diante do ambulatório não se enquadrar na Portaria, é por ser o único estabelecimento que faz tratamento de radioterapia, e as pessoas necessitariam ir para Goiânia. O Ministério Público não pode autorizar um ambulatório a funcionar como Unacon, entretanto está sendo analisada a possibilidade de aplicação de outra portaria para resolver o problema, mas ainda não viram a viabilidade política disso. Outro ponto que lhe preocupa é a informação de que há em outras unidades medicamentos que não são pagos pelo SUS, e disse que está verificando essa situação, que é absurda. Foi falado que há um TAC firmado com Ministério Público, e explicou que ele foi firmado com o Hospital Evangélico, e não com a Mauá Cavalcante, e foi feito para regularizar algumas situações que ocorriam na época. Há uma pactuação entre o Hospital Evangélico e o Ambulatório Mauá Cavalcante, e explicou que isso depende do Hospital. Explicou que está buscando a viabilidade de um TAC entre o Hospital, o Ambulatório e o Município de Anápolis, e espera que também a Santa Casa, mas ele precisa ser viável juridicamente. - A senhora presidente concedeu a palavra ao doutor CLÁUDIO CABRAL: Cumprimentou os presentes e explicou que a Associação de Combate ao Câncer de Goiás trouxe uma unidade de combate ao câncer como extensão do Hospital Araújo Jorge, com modelo de assistência integral. Explicou que há muitos pontos de diferenciação, primeiro em relação à qualidade técnica do tratamento; a integralidade, que abrange todas as necessidades do paciente. Explicou que não há nenhum hospital especializado em câncer em nível municipal ou estadual no Brasil, e só existe um hospital estatal oficial, que é o Instituto Federal do Câncer, que não tem a intenção de ser um modelo de atenção integral. Falou sobre a universalidade do atendimento, que significa que todos os pacientes que necessitem dos serviços serão prontamente atendimentos, e

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

a especialidade. Explicou que o câncer não é uma doença cujo atendimento possa ser fragmentado. O paciente de câncer é um todo, que deve ser atendimento no tempo mais breve. Esse nível de atenção é muito difícil e muito caro de se oferecer, e o Ambulatório se instalou em Anápolis com a intenção de oferecer esse tratamento a toda a população, independente de quem paga ou custeia. Explicou que em mil novecentos e noventa e quatro a unidade se instalou em Anápolis e se tornou sustentável a partir de mil novecentos e noventa e sete. Disse que mais de noventa por cento da clientela é oriunda do SUS, e as doações e ofertas são significativas, mas não são essenciais. Nos primeiros anos houve condições da unidade se sustentar. Sempre se compreendeu que essa unidade era da população anapolina, com a preferência de se ter médicos e funcionários da região. Enquanto isso foi possível e a legislação não exigir a parte de internação ser agregada, já se esperava que a unidade se sustentando com os serviços de radioterapia e quimioterapia, caso houvesse necessidade, se buscaria recursos para ampliar os serviços para a parte de internação. Explicou que em dois mil e cinco foi publicada a primeira portaria para a rede nacional de oncologia do SUS, que impedia o funcionamento de unidades exclusivas de quimioterapia e radioterapia, mas como a unidade era filiada ao Hospital Araújo Jorge, isso não os atendia. Explicou que a Portaria 140 já os atingia diretamente. Disse que em dois mil e cinco, se buscou fazer uma permuta de uma área vizinha, para atender às necessidades. Posteriormente, por não ser possível ser filiado ao Hospital Araújo Jorge, foi feita uma proposta e um projeto, mas as normas vetaram esse projeto. Como não havia esses serviços na cidade, e continuou os prestando. A partir do momento que o Hospital Evangélico começou a oferecer esse serviço, surgiu o risco de fechamento da unidade. Falou sobre a ajuda oferecida no ano de dois mil e doze pela Prefeitura de Anápolis, para refiliar a unidade ao Hospital Araújo Jorge, mas isso esbarrou no fato de ser outro regional. Ainda se pensa em colocar essa ideia em prática. Explicou que nunca houve intenção nenhuma da Associação de Combate ao Câncer em encerrar as atividades. Disse que ainda não há condições de bancar os

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040

anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo

serviços, se não houver uma situação de equilíbrio, que seriam novecentos pacientes de quimioterapia e cem de radioterapia. Explicou que o objetivo é prestar o serviço à população, independente de injunções e apoio político, mas a causa da unidade é assistir a população no que puder na área de especialidade. Disse que isso compreende um leque de muitas atenções que nem existem no SUS, pois são anteriores ao próprio SUS. Lamentou que o sistema de saúde ao implantar a regulação, não se preocupou em garantir a assistência do paciente à assistência integral que compõem o serviço atendido. Disse que a regulação é bem vinda, mas não se pode impedir ou dificultar o acesos ao serviço final, é preciso garantir ao paciente a resolutividade ao seu problema, e a unidade assume a causa do paciente, e se dispõe a ser parceira desde que o foco seja o acesso ágil e adequado aos exames e aos tratamentos, a segurança adequada ao paciente, inclusive àqueles que necessitem de alimentos, de assistência social, de transporte, apoio espiritual, e outras. Disse que o foco é o paciente, e que ele deve ser colocado sempre à frente. - Alguns pacientes da unidade usaram a palavra. A senhora presidente da Audiência abriu a fala aos presentes, e outras pessoas usaram a palavra, conforme constam nos arquivos de áudio que acompanham essa ata. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, com o auxílio de Sabrina Santos Rufino, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Diretoria dessa Casa de Leis.**********

Palácio de Santana, Praça 31 de julho, S/N, Centro, Anápolis-GO
CEP: 75025-040
anapolis.go.leg.br

Dr. Arunan Pinheiro Lima
Diretor Legislativo